



PSD p.5

Almaraz: um acordo que não é nada



Parlamento p.10

Primeiro-ministro fez uma "insinuação soez e indigna"

POVO LIVRE



n.º 1958
1 de março de 2017

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
n.º 105690 - Propriedade: PSD

PORTUGUESES DEVEM CONHECER RESPONSABILIDADES POLÍTICAS



PSD Pedro Passos Coelho defende o apuramento da verdade na CGD



Debate quinzenal

PSD exige transparência sobre paraísos fiscais

Pedro Passos Coelho defende que a verdade tem de ser apurada “até às últimas consequências” no que se refere a uma eventual falta de controlo, por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira, em transferências para “offshores”. Também sobre a política fiscal do Governo em relação aos combustíveis, entende o PSD que deve prevalecer a transparência.

“Na ocasião em que desempenhei funções governativas, nunca tive conhecimento de nenhuma situação destas, quero dizer-lhe hoje na oposição que sou o primeiro interessado em que se apure exatamente tudo o que se passou. Levaremos até às últimas consequências o esclarecimento dessa matéria”, afirmou Passos Coelho, no início da sua intervenção no debate quinzenal na Assembleia da República, dia 22, referindo-se a uma eventual falha da Autoridade Tributária e Aduaneira no controlo de transferências de dinheiro para paraísos fiscais, entre 2011 e 2015.

O PSD solicitou a audição, em comissão parlamentar, de Rocha Andrade, secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, e de Paulo Núncio, que ocupou o mesmo cargo nos XIX e XX Governos. “Na ocasião em que desempenhei funções governativas nunca tive conhecimento de nenhuma situação destas, mas quero dizer que, hoje na oposição, sou o primeiro interessado em que se apure exatamente tudo o que se passou”, afirmou o presidente do PSD.

Já, antes do debate quinzenal, o deputado Duarte Pacheco havia afirmado que “as informações vindas ontem a público exigem explicações”. Tal como consta no requerimento do PSD, “tais notícias exigem uma investigação e explicações e, a confirmarem-se, são bastante preocupantes”.

Referindo-se a propostas que já existem para combater a evasão fiscal, Duarte Pacheco sublinhou que “cabe aos seus proponentes promover o seu agendamento e discussão”. Justifica o impasse com uma possível “falta de entendimento entre os partidos que suportam o Governo sobre esta matéria”. “Cabe a esses partidos, que apresentam propostas, que não as apresentem só por folclore político, mas que sejam consequentes e



promovam a sua discussão e aprovação”, sustenta. O PSD entende que, nesta matéria, “as regras têm de ser feitas com transparência dentro do espaço europeu”.

Paulo Núncio reagiu, dizendo que “os relatórios de combate à fraude e evasão fiscal dos anos de 2011 a 2015 confirmam que os dados conhecidos relativos às transferências para paraísos fiscais foram cruzados e tratados pela inspeção tributária da AT”. Afirma que não teve “conhecimento da situação descrita” e que acha “muito bem que, caso tenha havido parte da informação fornecida pelos bancos à AT, que não foi devidamente

analisada, que a Inspeção Geral de Finanças apure o porquê de tal facto”.

Governo deve explicar política fiscal nos combustíveis

A política fiscal do Governo, no que se refere aos combustíveis, tem revelado alguma incoerência. Depois de ter sido anunciado, em março de 2016, que seria feita uma revisão trimestral do valor do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP), o Ministério das Finanças informa que a referida revisão não acontecerá em 2017.

O Governo quebra, assim, o compromisso assumido em 2016: de aliviar o ISP em situação de aumento do preço dos combustíveis.

O PSD considera que o aumento do imposto e a não revisão do ISP afetam o país. Neste sentido, requer à COFMA que “solicite à UTAO um estudo detalhado sobre a evolução da receita fiscal de 2016 resultante dos impostos sobre os combustíveis (ISP e IVA)” e, ainda, a audição do atual secretário de Estado dos Assuntos Fiscais para que preste esclarecimentos sobre a política fiscal do Executivo no que diz respeito aos combustíveis.

“Faremos na oposição exatamente o contrário do que este Governo faz na CGD”

No debate quinzenal desta quarta-feira, na Assembleia da República, Pedro Passos Coelho acusou o governo de António Costa de ocultar informação relevante para a opinião pública em relação à Caixa Geral de Depósitos (CGD):

“Não só o Governo se escusa a enviar a informação necessária, como o PS impede que seja sequer reajustado o objeto da Comissão de Inquérito. E é assim que se perde a credibilidade não apenas do ministro das Finanças mas também do primeiro-ministro”, afirmou o Presidente do PSD destacando que o seu partido não compactuará com estas políticas:

“Faremos hoje na oposição exatamente o contrário do que os senhores, no Governo e na maioria, estão a fazer em relação à CGD, onde existe uma plena ocultação e uma violação das regras mais básicas da transparência”, disse questionando o primeiro-ministro porque não houve uma versão clara do Governo sobre a obrigatoriedade dos administradores da CGD terem de apresentar as declarações de rendimentos e património: “Porque é que o Governo não foi pronto a fazer esse esclarecimento quando foi publicado o decreto-lei? E porque é que o secretário de Estado das Finanças disse exatamente o contrário?”, questionou. Para Pedro Passos Coelho, foi pela “falta de clareza” e “contradições” do Governo que se “avolumaram as suspeitas” de que o ministro das Finanças teria acordado com os administradores da CGD a dispensa de apresentar essas declarações.

“Há dúvidas que cheguem que o ministro das Finanças tenha respondido com verdade à Comissão de Inquérito”, salientou Pedro Passos Coelho e lamentou que Governo e maioria tenham inviabilizado o alargamento do objeto da comissão, bem como sucessivas diligências feitas por PSD e CDS-PP.

Sobre o facto de a Caixa ter suportado as despesas dos advogados de António Domingues, o primeiro-ministro disse desconhecer: “Ignoro quais são as despesas pagas pela Caixa Geral de Depósitos. O Governo não vai interferir no dia-a-dia das empresas públicas. A CGD não é um banco do Governo”.

Pedro Passos Coelho insistiu e acusou António Costa de se contradizer sucessivamente. O líder do PSD lembrou que o secretário de Estado das Finanças, Ricardo Mourinho Félix, que, em entrevista ao “Diário de Notícias”/TSF, garantiu que o fim do escrutínio público tinha sido “intencional”. Na altura, Mourinho Félix disse mesmo: “Sabíamos que isto [o fim do escrutínio público dos rendimentos dos novos gestores da CGD] seria uma consequência da sua retirada do Estatuto do Gestor Público”.

Para Pedro Passos Coelho, os avanços e recuos dos diversos membros do Governo nesta matéria “só geram desconfiança”. “É assim que se perde a credibilidade”.

O presidente do PSD congratulou-se que o primeiro-ministro tenha dito, sobre a eventual venda do Novo Banco, que o Estado não pagará em caso algum os 3,9 mil milhões de euros que colocou, a título de empréstimo, no fundo de resolução.

“É notável que tenha demorado tanto tempo, mais de dois anos e meio, primeiro como secretário-geral do PS e depois primeiro-ministro, a reconhecer que a operação não tem custos para o contribuinte”, disse.

O líder do PSD confrontou ainda António Costa com os “desequilíbrios estruturais da economia portuguesa” e lamentou que o ano que decorreu “tenha sido perdido um ano perdido no combate a esses desequilíbrios estruturais”.



CGD

Portugueses devem conhecer responsabilidades políticas

À margem da 14.ª edição da Essência do Vinho, no Palácio da Bolsa, no Porto, o presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, afirmou que a nova comissão de inquérito à Caixa Geral de Depósitos (CGD) pretende analisar “a forma como decorreu uma negociação que o Governo não assume com transparência”. “Há uma negociação que o Governo não assume com transparência e que nós gostaríamos que fosse absolutamente clara para os portugueses em termos de responsabilidade e é isso que se vai tentar apurar”, afirmou o líder do PSD.

“Do nosso ponto de vista, o trabalho que podia ter sido feito na comissão que já existe acabou por não ser consentido ao nível do parlamento, mas não há nenhuma razão para que os portugueses não saibam exatamente quais são as responsabilidades políticas que estão na origem quer na negociação que foi feita com o anterior presidente da CGD, quer com aquilo que determinou depois a sua demissão”, disse Pedro Passos Coelho.

Em declarações aos jornalistas, Pedro Passos Coelho sublinhou que “a primeira comissão de inquérito ainda aguarda que sejam fornecidos os dados de informação indispensáveis para que a comissão possa fazer o seu trabalho”.

“Fora das audições, a comissão não recebeu qualquer elemento material que permita aos deputados responder à questão porque é que a Caixa precisa de tanto dinheiro. Não recebeu porque a própria CGD e o Governo se recusam a dar essa informação”.

“Offshore”

Questionado sobre o caso das “offshore”, o presidente do PSD disse que, se necessária, a criação de uma comissão de inquérito para “apurar toda a verdade”.

“Só quando tivermos oportunidade de averiguar é que vamos perceber. Até lá o meu princípio é o mesmo: não ponho o carro à frente dos bois e não tiro conclusões precipitadas. O que posso dizer é que estou tão à vontade nesta matéria que não posso se não incentivar a procura da verdade e facilitar, seja através das audições no parlamento, seja, se for necessário, com a criação de uma comissão de inquérito, o apuramento de toda a verdade”, justificou.



Pedro Passos Coelho frisou que enquanto esteve no Governo teve “uma ação muito forte de combate à evasão fiscal e à fraude fiscal”.

“Isso para mim é impensável (...) Eu não estou a tentar ganhar tempo. Eu faço nesta matéria o que o atual

Governo está a fazer com a Caixa Geral de Depósitos. Eu estou a dizer que nunca ouvi falar desse assunto, julgo que o atual Governo também foi prevenido pela Autoridade Tributária, quanto a essas inconsistências e é preciso apurar. Se eu estivesse no Governo era o que estava a fazer”, concluiu.



Almaraz: um acordo que não é nada



“É atirar areia para os olhos das pessoas”, uma “manobra política” e um “bom acordo para Espanha”. Para a deputada do PSD Berta Cabral, o anúncio de que os governos de Portugal e Espanha encontraram uma “resolução amigável” para o litígio entre os dois estados sobre a construção de um armazém de resíduos nucleares Almaraz não passa de propaganda política plantada por razões de conveniência e de marcação da agenda, precisamente no dia em que o ministro do Ambiente foi ao parlamento português falar sobre política geral do Ministério e outros assuntos de atualidade. “É um bom acordo para Espanha. Para Portugal, não traz nada de novo. Com este acordo, Espanha não muda de opinião, apenas ganha tempo”, sintetizou desta forma a deputada social-democrata a posição do PSD, durante uma audição a?o ministro do Ambiente, João Matos Fernandes, esta tarde.

Berta Cabral lembrou que o suposto entendimento foi alcançado na Cimeira de Malta, realizada em 3 de fevereiro, estranhando a oportunidade por só agora ser tornado do conhecimento público. “Não resolve o problema do armazém, não trava a construção do armazém, não resolve o problema do prolongamento da Central Nuclear de Almaraz”, alertou Berta Cabral.

A deputada do PSD exigiu ao ministro do Ambiente uma posição “firme” na defesa do interesse de Portugal, referindo que o ministro tem de “zelar” nesta questão e tem de a integrar na agenda da Cimeira Ibérica.

A associação ambientalista Quercus considerou insuficiente o acordo tripartido entre os governos de Portugal e de Espanha e a Comissão Europeia sobre a central nuclear de Almaraz. Trata-se de “uma medida de carácter essencialmente político e insuficiente, e que ainda não corresponde às verdadeiras expectativas da sociedade portuguesa”. A Quercus defende a revogação de uma declaração de impacto ambiental favorável à construção de um armazém de materiais radioativos e que “Portugal possa participar devidamente no processo de consulta pública”. Recomenda ao Governo que acelere esforços

para garantir a participação portuguesa no processo que envolve a central, cujo encerramento a Quercus defende, sem renovação da licença de funcionamento que expira em junho de 2020.

Por sua vez, a associação ambientalista Zero observou que Portugal não devia ter retirado a queixa contra Espanha, apesar de achar que o diálogo acordado com Espanha é positivo. “É um grande recuo no cumprimento estrito da legalidade”, em particular da diretiva que “obriga à discussão dos assuntos transfronteiriços, de que Portugal não devia ter abdicado, apesar de poder voltar a retomar a queixa” se considerar que a negociação não resulta, diz a associação em comunicado. A Zero acusa Espanha e os donos da central nuclear de Almaraz de “enorme falta de transparência e inflexibilidade” e quer saber se houve contrapartidas para Portugal retirar a queixa. O que a Zero pretende é garantir que a central fecha em 2020, ano em que termina a sua licença, por isso considera “completamente desnecessário” construir tal armazém.

Berta Cabral questionou ainda o ministro do Ambiente sobre a exploração de minas de urânio a céu aberto, atingindo uma profundidade de 120 metros e autorizada a laborar durante 10 anos, entre Retortillo e Vilavieja de Yeltes, a poucos quilómetros do distrito da Guarda.

Nuclear: Governo não defende o interesse nacional

Nunca como hoje a opinião pública e publicada estiveram tão atentas para as questões relacionadas com a energia nuclear. São frequentes as notícias sobre incidentes em centrais nucleares. Nos últimos dois meses, foi noticiado o encerramento de mais de 20 centrais nucleares em França, por decisão da Agência para a Segurança Nuclear Francesa; um incidente na central nuclear belga de Doel, localizada próximo da fronteira holandesa, provocou protestos das autoridades holandesas e alemãs; uma explosão na central nuclear de Flamanville em

França; a Central Nuclear eslovena de Krško, com mais de 35 anos, entrou em paragem automática por causa de problemas de refrigeração.

Notícias como estas vão ser cada vez mais comuns se considerarmos a quantidade de reatores ativos no mundo que estão em fim de vida ou já foram alvo de prorrogação de prazo.

A Alemanha vai encerrar o parque nuclear mesmo antes dos 40 anos e Espanha anuncia a reabertura da Central Nuclear de Garoña (Endesa e Iberdrola) e como se esperava, há precisamente uma semana, foi noticiado que as empresas que exploram Almaraz Endesa, (Iberdrola e União Fenosa), duas delas são as mesmas que exploram La Garoña, que vão apresentar em junho o pedido de renovação da respetiva licença de produção.

Nada que não fosse previsível. A única surpresa são as declarações não desmentidas do ministro do Ambiente, no dia 6 de janeiro, em Bragança, em que afirma que “Espanha ainda não tomou uma decisão sobre o prolongamento da Central de Almaraz, acrescentando que é uma decisão que cabe unicamente ao Governo daquele país e as empresas”.

Juntam-se mais dois episódios insólitos:

•Membros da Ordem dos Engenheiros portugueses foram impedidos de visitar a Central de Almaraz e intimados pela polícia espanhola, apesar de terem obtido autorização prévia para realizarem a visita.

•As empresas que exploram aquela Central, Endesa, Iberdrola e União Fenosa, recusaram-se a vir à Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação? para uma audição proposta pelo BE e aprovada por unanimidade.

Tudo isto revela um sentimento de culpa e de desrespeito pelas autoridades portuguesas.

Mapa da insensibilidade social

Um Estado menos eficiente, mais afastado dos cidadãos e mais caro para todos os portugueses. É este o retrato de Portugal com os efeitos de um ano e meio de governação socialista.

Apoiadas pelo Partido Comunista e pelo Bloco de Esquerda, as escolhas do governo de António Costa têm resultados à vista: as escolas fecham por falta de condições e pessoal, os hospitais adiam cirurgias e consultas pelos mesmos motivos, os transportes públicos reduzem carreiras, as forças de segurança têm cada vez menos condições. A degradação dos serviços é consequência da visão de passado do atual governo e da ausência de ambição para futuro. É igualmente consequência do maior corte do investimento público de que há memória, das cativações de cerca de 450 milhões de euros e da paralisia a que votaram o país.

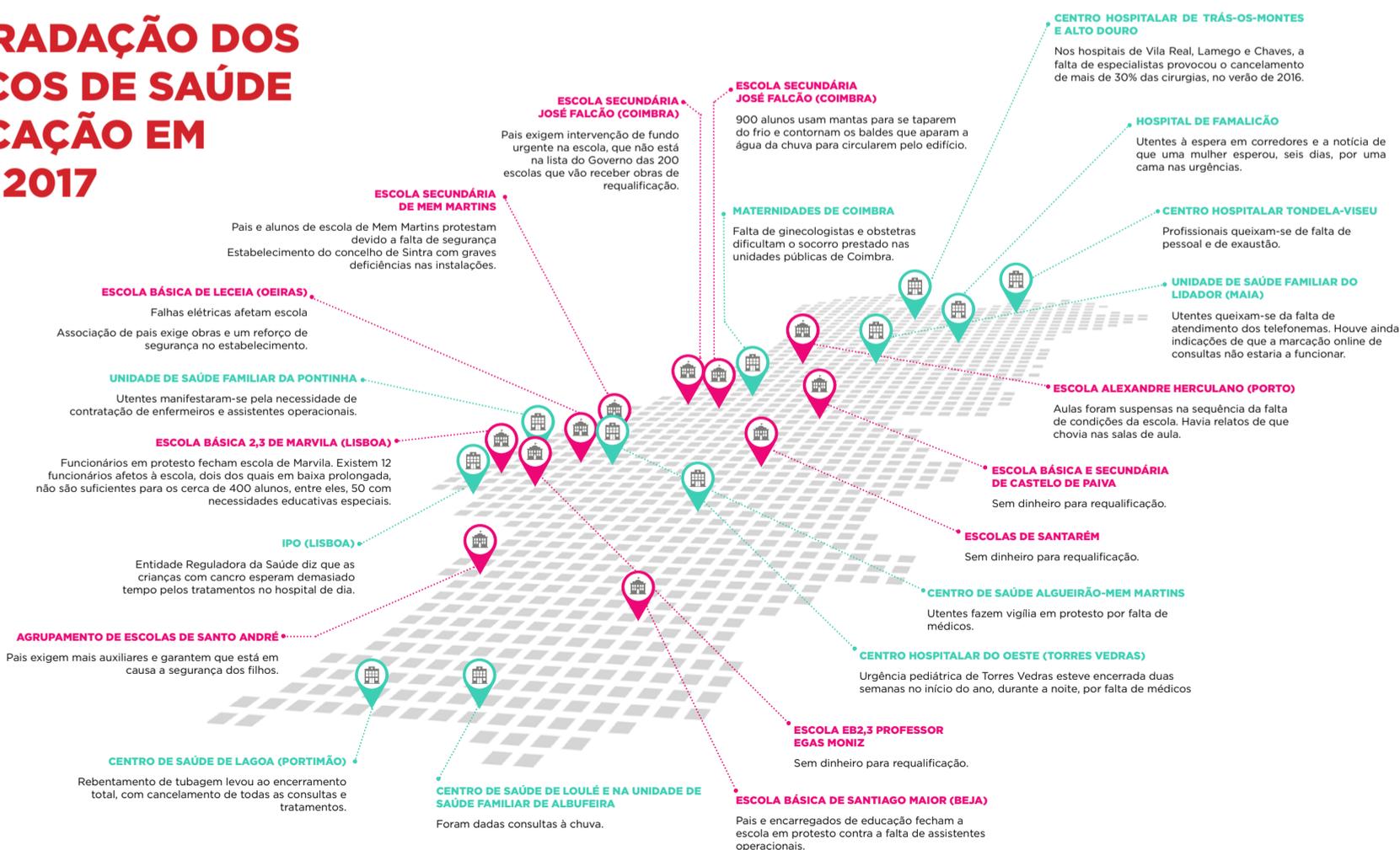
Num momento em que o PSD apela ao Governo para passar das palavras aos atos e levar a sério a tão necessária reforma do Estado, construindo em cima dos bons resultados que o governo anterior obteve, olhamos para o país real.

Conheça o mapa da insensibilidade social do Governo de António Costa, Jerónimo de Sousa e Catarina Martins.



A INSENSIBILIDADE SOCIAL DO GOVERNO PS

A DEGRADAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO EM 2016 E 2017



PSD questiona Governo sobre reavaliação de ativos

A receita fiscal em IRC, o imposto sobre os lucros das empresas, vai cair a partir de 2019, segundo o quadro fiscal onde está previsto o regime de reavaliação de ativos, lançado como medida extraordinária, no final do ano passado. Os deputados do PSD querem saber qual a previsão de perda dessa receita, numa pergunta a enviar ao ministro das Finanças.

Em novembro, quando implementou o regime facultativo de reavaliação de ativos, o Governo concedeu às empresas aderentes um conjunto de incentivos. Como explicam os deputados social-democratas no texto da pergunta a enviar ao gabinete de Mário Centeno, o Governo considerou que aquela medida promovia “a capitalização das empresas, bem como uma maior solidez e equilíbrio das respetivas estruturas financeiras”.

O regime de reavaliação de ativos permite que ocorra um aumento na receita de IRC, que aconteceu já em 2016 e prolongar-se-á para 2017 e 2018, “por via da tributação autónoma especial que incide sobre a reserva de reavaliação fiscal, a que seguirá, a partir de 2019, uma perda de receita decorrente da possibilidade de dedução, para efeitos fiscais, dos acréscimos de depreciação resultantes da reavaliação dos ativos”.

Assim, o grupo parlamentar do PSD questiona o ministro das Finanças, pedindo um balanço do regime até agora: quantas empresas aderiram por cada escalão de lucro tributável? Qual o montante que o Estado arrecadou, em 2016, com esta medida? “Qual a previsão de perda de receita em IRC a partir de 2019 (por referência ao exercício de 2018), atribuível ao disposto neste regime de reavaliação dos ativos?”



Reestruturação da RTP afetará Alto e Baixo Minho

O PSD manifestou a sua preocupação no que se refere à possível reestruturação da Rádio Televisão Portuguesa (RTP), através de uma pergunta regimental dirigida ao ministro da Cultura.

A reestruturação, a acontecer, afetará as delegações de Viana do Castelo (RTP) e de Braga (Antena 1) e deixará “no esquecimento informativo, cerca de 1,5 milhões de pessoas”, alertou Carlos Abreu Amorim, deputado eleito por Viana do Castelo. “A reestruturação da RTP não pode ser feita à custa do sacrifício e da omissão mediática dos interesses das populações do Alto e Baixo Minho”, afirmam os deputados do PSD.

Prevê-se, assim, um encerramento que contraria “os propósitos assumidos pela direção de informação dessa empresa pública [quando iniciou mandato] de ‘apostar ainda mais na informação regional e de proximidade’”. Caso venha a acontecer, o encerramento “conduzirá ao incremento da centralização televisiva pública, deixando no esquecimento televisivo uma extensa área territorial e populacional”, alertam.

O PSD entende que, caso sejam alegados motivos económico-financeiros, “só poderá decorrer de um eventual erro de perceção”, uma vez que os gastos diretos e indiretos “são diminutos face às verbas adquiridas através da Contribuição Audiovisual”. Mensalmente, os habitantes do Alto e Baixo Minho contribuem com 3,02 euros para a televisão pública.

Carlos Abreu Amorim recorda que “as instalações da RTP em Viana do Castelo foram feitas num governo PSD”. Aquando da legislatura anterior, “e apesar da intensa austeridade a que fomos sujeitos, nunca esta medida foi prefigurada ou imaginada”, acrescenta, salientando que “não há nenhuma poupança agregada” à mesma.

A pergunta regimental encaminhada para o ministro da Cultura pretende averiguar se a informação que tem sido transmitida, sobre o encerramento das instalações em Viana do Castelo, corresponde à verdade. Caso se confirme, o PSD questiona o Governo sobre que medidas adotará para “evitar este estrangulamento informativo do Alto e do Baixo Minho”.



Governo impõe degradação na Carris e STCP



O PSD apresentou, na sexta-feira, 24 de fevereiro, dois projetos de resolução com vista à suspensão dos decretos-lei que visam a municipalização da Carris e da Sociedade dos Transportes Coletivos do Porto (STCP).

Assim, o PSD propôs a cessação da transferência da titularidade e a gestão da Carris para o município de Lisboa. Propôs, ainda, a suspensão do decreto-lei que “determina a descentralização, parcial e temporária, de competências de autoridade de transportes, do Estado para a Área Metropolitana do Porto, relativas ao serviço de transporte público de passageiros operado pela SCTP, e a descentralização, parcial e temporária, da gestão operacional da STCP.” As duas propostas – que pretendiam assegurar a qualidade dos transportes públicos – foram chumbadas num ato que denuncia a obsessão ideológica e a inexistência de visão estratégica da maioria parlamentar.

O deputado do PSD Carlos Silva manifestou as consequências negativas da “reversão das reformas produzidas pelo anterior governo” que, no setor dos transportes, trouxe o caos e a perda de qualidade do serviço prestado aos portugueses. Referindo-se à Carris, o deputado apontou que “está colocada em causa a existência de um sistema integrado de transportes em toda a região metropolitana de Lisboa”. Questionou, por isso, o Governo sobre “qual a legitimidade de um só município, no limite, poder decidir sobre a eliminação de linhas de transporte nos concelhos limítrofes atualmente assegurados pela empresa Carris, nomeadamente Amadora, Loures, Odivelas e Oeiras”.

O PSD considera que o Governo “andou mal ao reverter uma reforma estratégica fundamental para o desenvolvimento desta região” e “ao não promover um sistema metropolitano de mobilidade de transportes que seja integrado e sustentável”. Para Carlos Silva, “o governo socialista transformou, infelizmente, uma questão estrutural numa pouco séria ação de propaganda eleitoral”.

Considerando que o Executivo está a atuar “parcialmente” e a fazer “um favor eleitoralista ao presidente da Câmara de Lisboa”, o social-democrata fez um conjunto de questões: “quem paga as borlas da Câmara de Lisboa?”; “a festa dos descontos é para ser oferecida nas eleições autárquicas?”; “quem vai pagar esta vantagem eleitoral? Vão ser todos os portugueses de Bragança a Faro?”. “Este é mesmo o modelo de descentralização mais centralista da história democrática portuguesa”, denunciou o deputado.

PSD promoveu sustentabilidade e qualidade

Carlos Silva recordou que o modelo trabalhado pelo PSD “não permitia esta pouca vergonha nacional, pois tratava os restantes municípios com os mesmos direitos e com a mesma dignidade”. Lembrou a “dívida astronómica que rondava os 17 mil milhões de euros” que, em 2011, afetava o setor dos transportes públicos e que motivou o anterior governo a empreender “um plano estratégico com o intuito de estruturar e criar sustentabilidade”. Assim, com o governo liderado por Pedro Passos Coelho, “o investimento transitou para os concessionários, os preços dos bilhetes não ultrapassavam no máximo o valor da inflação, os ativos mantinham-se na esfera pública”. O que move o PSD “é a qualidade do serviço e não a natureza do acionista que o presta”, pois acredita que para o cidadão importa ter “um transporte que funcione, que seja eficiente e rigoroso”.

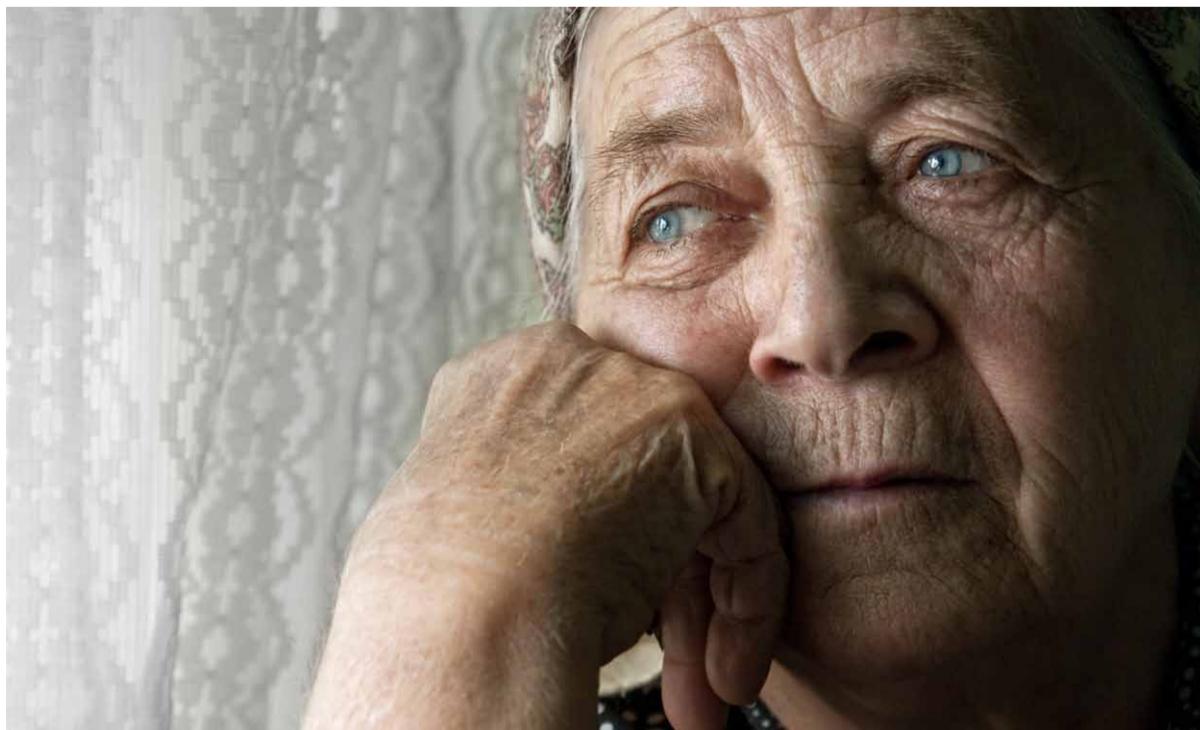
Pensões em atraso afetam milhares de pensionistas

“Intolerável”. É assim que Adão Silva, vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, classifica os atrasos no pagamento de milhares de pensões de sobrevivência. Face a esta situação, da responsabilidade do governo, o PSD renovou perguntas ao ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social: “Como é que o Governo vai corrigir estes atrasos tão lesivos de milhares de cidadãos beneficiários da pensão de sobrevivência?”

Não é a primeira vez que o Executivo se recusa a responder sobre esta matéria. De acordo com o deputado social-democrata, Adão Silva, “são milhares e milhares de cidadãos que são privados de um direito social.” Assim, os atrasos inesperados na atribuição desta prestação têm de ser rapidamente corrigidos.

O PSD tem recebido reclamações que alertam para atrasos significativos na atribuição das pensões de sobrevivência, em especial no Centro Nacional de Pensões.

A pensão de sobrevivência é uma prestação social que se reveste de uma importância muito particular para milhares de cidadãos que se encontram numa situação social e familiar muito delicada.



Acompanhe-nos no dia-a-dia...

PSD TV



Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e Intervenções políticas



Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas



O dia-a-dia da atividade
do PSD



Noticiário semanal todas
as sextas-feiras

Primeiro-ministro fez uma “insinuação soez e indigna”

Em declarações à imprensa, Luís Montenegro acusou o primeiro-ministro de ter feito no debate quinzenal, de dia 22, uma “insinuação soez e indigna” a propósito do caso dos paraísos fiscais. “Queremos que toda a verdade seja apurada, não tememos nada, não temos o temor que PS, PCP e BE têm a propósito da Caixa Geral de Depósitos”, afirmou o líder do grupo parlamentar do PSD.

Ao lembrar que o PSD já tinha pedido a audição urgente do atual e anterior secretários de Estado dos Assuntos Fiscais, Luís Montenegro destacou que deu entrada no parlamento um novo requerimento a solicitar a audição dos diretores gerais da Autoridade Tributária e Aduaneira que exerceram funções desde 2011, bem como do inspetor-geral de Finanças. “Uma vez que o Governo quis caminhar por esta insinuação soez e indigna, chegou a altura de acelerarmos ainda mais esse processo de averiguação no parlamento”, disse.

Após considerar que “não há qualquer indício que aponte para responsabilidade política de membros do Governo”, defendeu que “todos devem ter a oportunidade de fazer o apuramento cabal dos factos noticiados”. “No nosso entendimento, estamos a assistir no parlamento a um regresso de um ambiente de claustrofobia democrática, na medida em que por uso e abuso do poder dos deputados que compõem esta maioria se estão a impedir direitos que não são oponíveis do ponto de vista legal”, acusou.

“O PSD tem de denunciar esta postura autoritária, esta postura totalitária das forças políticas que compõem esta maioria”, assegurou Luís Montenegro.

No final de uma reunião de cerca de duas horas, o líder parlamentar do PSD reiterou algumas das posições que manifestou em entrevista conjunta ao “Público” e à Rádio Renascença.

“No nosso entendimento, estamos a assistir no parlamento a um regresso de um ambiente de claustrofobia democrática, na medida em que por uso e abuso do poder dos deputados que compõem esta maioria se estão a impedir direitos que não são oponíveis do ponto de vista legal”, disse, dando como exemplo o que se está a passar na atual Comissão de Inquérito à Caixa Geral de Depósitos.

Incluindo o Presidente da Assembleia da República, Ferro Rodrigues, no leque dos responsáveis políticos do que classifica de “boicote democrático”, Luís Montenegro não avança, por enquanto, com outro tipo de diligências, apesar de considerar que “está em causa o regular funcionamento do parlamento”.

“O PSD tem de denunciar esta postura autoritária, esta postura totalitária das forças políticas que compõem esta maioria”, afirmou, lamentando que PCP e BE estejam hoje “bem diferentes” no que diz respeito ao cumprimento das garantias dos direitos da oposição.

Sobre o pedido de audiência do CDS-PP a Marcelo Rebelo de Sousa, Luís Montenegro disse ser “assinalável que partidos políticos se estejam a dirigir ao Presidente da República para o colocarem ao corrente do que se passa”, mas não antecipou idêntica iniciativa por parte do PSD.

“O PSD está neste momento concentrado em, com a sua ação ultrapassar estes boicotes e estes bloqueios”, afirmou.

Nova Comissão de Inquérito para procurar a verdade

Na conferência de imprensa conjunta com o CDS-PP, dia 24, o PSD anunciou que irá avançar para a criação de uma nova Comissão de Inquérito à Caixa Geral de Depósitos.

Com o objetivo muito claro de apreciar a contratação,



a gestão e a saída de António Domingues, Luís Montenegro informou que, com esta nova Comissão, o PSD e o CDS-PP querem ver esclarecidas três aspetos essenciais para a procura da verdade: apreciar as negociações, direta ou indiretamente conduzidas pelo Governo, as condições e os termos de contratação da administração de António Domingues para a CGD; apreciar a intervenção e responsabilidade do XXI Governo pela gestão da administração liderada por António Domingues; apreciar os factos que conduziram à demissão de António Domingues e à saída efetiva da administração por si liderada

“Fazemos este trabalho de escrutínio e fiscalização da ação do Governo e, tal não é só um direito, como uma obrigação dos parlamentares, em particular dos partidos da oposição”, venceu o líder do Grupo Parlamentar do

PSD afirmando também que “nenhuma birra pode ser confundida com a procura da verdade. O sistema financeiro e o banco público precisam da verdade para terem estabilidade”.

Luís Montenegro também não deixou de salientar que “é muito simples de perceber que não estamos a falar de conversa privadas, encontro de amigos, conversas de café”.

“Estranho muito que as forças políticas que sustentam o atual Governo estejam a querer levantar uma nuvem a propósito da constitucionalidade”, até porque “outra coisa não têm feito as comissões de inquérito do que aceder a documentos”, destacou.

Nova Comissão de Inquérito da CGD para procura da verdade

Numa conferência de imprensa conjunta com o CDS-PP, dia 24, o PSD anunciou que irá avançar para a criação de uma nova Comissão de Inquérito à Caixa Geral de Depósitos (CGD).

Com o objetivo muito claro de apreciar a contratação, a gestão e a saída de António Domingues, Luís Montenegro informou que, com esta nova Comissão, o PSD e o CDS-PP querem ver esclarecidas três aspetos essenciais para a procura da verdade: apreciar as negociações, direta ou indiretamente conduzidas pelo Governo, as condições e os termos de contratação da administração de António Domingues para a CGD; apreciar a intervenção e responsabilidade do XXI Governo pela gestão da administração liderada por António Domingues; apreciar os factos que conduziram à demissão de António Domingues e à saída efetiva da administração por si liderada

“Fazemos este trabalho de escrutínio e fiscalização da ação do Governo e, tal não é só um direito, como uma obrigação dos parlamentares, em particular dos partidos da oposição”, venceu o líder do Grupo Parlamentar do PSD afirmando também que “nenhuma birra pode ser confundida com a procura da verdade. O sistema financeiro e o banco público precisam da verdade para terem estabilidade”.

Luís Montenegro também não deixou de salientar que “é muito simples de perceber que não estamos a falar de conversa privadas, encontro de amigos, conversas de café”.

“Estranho muito que as forças políticas que sustentam o atual Governo estejam a querer levantar uma nuvem a propósito da constitucionalidade”, até porque “outra coisa não têm feito as comissões de inquérito do que aceder a documentos”, destacou.

Numa primeira reação, o presidente da Assembleia da República referiu que o objeto da nova comissão de inquérito à Caixa cumpre “em absoluto os termos regimentais e constitucionais”.

Incumprimento da República em relação ao novo hospital da Madeira

O presidente do Governo da Madeira Miguel Albuquerque rejeitou que exista qualquer “clima de crispação” com a República sobre a construção do novo hospital da região, admitindo, contudo, um incumprimento dos compromissos assumidos pelo Governo socialista. “Da parte do Governo da Madeira não existe clima de crispação com o Governo da República. O que há é um compromisso não cumprido pelo Governo da República”, declarou Miguel Albuquerque no debate mensal na Assembleia Legislativa (ALM) do arquipélago, dedicado à Saúde, 23 de fevereiro.

Miguel Albuquerque sublinhou que “há um compromisso do primeiro-ministro” em relação à construção de um novo hospital no Funchal e que a região já solicitou reuniões aos ministros das Finanças e da Saúde para tratar do modelo de financiamento, depois de esta matéria ter sido inscrita no Orçamento de Estado.

Na bancada do Governo Regional na ALM também estiveram os secretários regionais da Saúde e das Finanças e Administração Pública da Madeira, Pedro Ramos e Rui Gonçalves, respetivamente.

Entre outros aspetos, Miguel Albuquerque destacou a aposta feita na área dos cuidados primários na região, estando em curso um processo de reorganização dos 48 centros de saúde do arquipélago em sete agrupamentos que resultou num aumento das consultas.

O governante referiu que presentemente 62% da população da Madeira está coberta por médico de família, sendo a meta atingir em 2020 os 80%. Existem 194 profissionais a trabalhar nesta área, à qual está afeta uma verba anual média de 44,1 milhões de euros/ano.

“Temos aumentado todos os anos a verba para Sistema Regional de Saúde”, declarou Miguel Albuquerque, complementando que esta “é uma área onde o governo tem resultados para apresentar”.

Respondendo às perguntas dos deputados, Miguel Albuquerque assegurou que o projeto de recuperação de cirurgias “nunca foi suspenso” e que houve já uma recuperação na realização das intervenções.



Miguel Albuquerque declarou ainda que uma das prioridades do seu governo é minimizar a questão das altas problemáticas (idosos abandonados nas unidades de saúde por familiares) no Serviço Regional de Saúde da Madeira, uma situação “insustentável”, com um custo de 18 milhões de euros por ano.

O governante adiantou que o objetivo é “ir desocu-

pando essas camas [que custam 200 euros por dia] e ir integrando os idosos na rede de cuidados sustentado pela Segurança Social”.

Além disso, apontou, é necessário responsabilizar os familiares que “abandonam os idosos como se fossem cachorros”, uma situação que considerou “inaceitável do ponto de vista ético”.

O QUE ACONTECEU A PORTUGAL?

DESCUBRA A RESPOSTA NO PRÓXIMO TEMPO DE ANTENA DO PSD.

ESTA QUINTA-FEIRA, 2 DE MARÇO, ÀS 19H50, NA RTP1.

NÃO PERCA!



povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

DIRECTOR: CARLOS ENCARNÇÃO DIRECTOR-ADJUNTO: JOÃO CORDEIRO PEREIRA N.º 1057 • 21 FEVEREIRO 1996 • PREÇO 100\$00



Uma Constituição que melhor sirva os interesses dos Portugueses

— *Conselho Nacional aprovou linhas mestras do projecto de revisão Constitucional*

Reunido na passada semana na sede nacional em Lisboa, o Conselho Nacional do PSD aprovou, numa perspectiva de grande participação e consenso, o documento de orientação do projecto de revisão Constitucional que o PSD apresentará, em devido tempo, na Assembleia da República. O documento, produto de um grupo de trabalho presidido por Luís Marques Mendes, foi apresentado ao Conselho pelo presidente da CPN, Fernando Nogueira.

O projecto do PSD, a desenvolver no curto prazo, depois de também ouvido o Grupo Parlamentar Social-Democrata, reveste-se de aspectos inovadores, com ambição e ousadia. Como explicou Luís Marques Mendes aos jornalistas, após o encerramento dos trabalhos do Conselho Nacional, o nosso projecto vai ao encontro de aspirações que são novas, ou exigências que sendo antigas têm vindo a ser reafir-

madas cada vez mais na sociedade portuguesa. Mas ao mesmo tempo é um projecto responsável. O facto de o PSD ser hoje um partido de oposição, não dispensa o sentido de Estado, a credibilidade e o espírito de responsabilidade das nossas propostas. É a conciliação de uma ambição para o texto constitucional no sentido da responsabilidade de quem é oposição, mas quer voltar a ser poder. É uma alternativa responsável de governo.

O texto aprovado pelo Conselho Nacional

1 — Aberto que foi o processo conducente à apresentação de projectos de revisão da Constituição deve o PSD apresentar, até ao próximo dia 4 de Março, o seu próprio projecto de revisão Constitucional.

Também agora a revisão da Constituição não se fará sem o PSD e sem o contributo decisivo das suas ideias e das suas propostas, com vista a um texto final que melhor sirva o País e os superiores interesses nacionais, particularmente neste final de século e início do próximo milénio.

O PSD assumirá tal incumbência na decorrência da obrigação constante da Moção de Estratégia aprovada no último Congresso mas sobretudo em coerência com os princípios programáticos e o protagonismo político que o Partido sempre evidenciou nesta matéria, quer na feitura do texto inicial da Lei Fundamental quer nas sucessivas revisões a que a mesma foi sujeita.

2 — O PSD apresentou ao País e ao Parlamento, em meados de 1994, o seu próprio projecto de revisão Constitucional,

(Continua na pág. 2)

Ser-se partido da oposição não dispensa a preservação do sentido de Estado, a credibilidade e a responsabilidade inerentes a um grande partido, o qual lidera a oposição, que é alternativa ao poder instituído e que lutará naturalmente para voltar a assumir a obrigação da governação.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção
Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



ARGANIL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Arganil para reunir, no próximo dia 12 de Março de 2017, (domingo) pelas 15h30, no Centro Cultural, sito em São Martinho da Cortiça, com a seguinte
Ordem de Trabalhos
Ponto único – Eleições Autárquicas 2017

BARREIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do Barreiro, para reunir, no próximo dia 18 de Março de 2017, (sábado) pelas 15h00, na sede, sita na Rua de Trás-os-Montes, nº 4B – Santo António da Charneca, com a seguinte
Ordem de Trabalhos
1 - Informações
2 – Análise da situação político - partidária
3 – Eleições Autárquicas 2017
a) Candidato(a) à presidência da Câmara Municipal do Barreiro proposto(a) pela Comissão Política de Secção
b) Projecto autárquico para o Concelho

MONDIM DE BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mondim de Basto, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 18 de Março de 2017, (sábado) pelas 15h00, na sede da Associação de compartes de Vilar de Viando, sita no Lugar de Vilar de Viando, s/n, - Mondim de Basto, com a seguinte
Ordem de trabalhos:
1 – Informações
2 – Eleições Autárquicas 2017
- Emissão de parecer sobre o candidato à Câmara Municipal de Mondim de Basto, proposto pela Comissão Política de Secção, (nos termos do artigo 53º alínea f) dos estatutos.
3 - Outros assuntos,

OLIVEIRA DO BAIRRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Oliveira do Bairro para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 18 de Março de 2017, (sábado) pelas 20h30, no salão da Casa do Povo do Troviscal, com a seguinte
Ordem de Trabalhos
1 - Apresentação de candidaturas às eleições autárquicas.
2 - Outros assuntos

PINHEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Pinhel, para reunir, no próximo dia 10 de Março de 2017, (sexta-feira) pelas 21h30, na sede, sita na Rua da República, nº 103, 1º, 2º e 3º, com a seguinte
Ordem de Trabalhos
1 – Autárquicas 2017 – Emissão de parecer sobre os candidatos aos órgãos das Autarquias Locais, proposta pela Comissão Política nos termos da alínea f) do artº 53º dos Estatutos do PSD
2 - Outros assuntos.

S. PEDRO DO SUL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de S. Pedro do Sul, para reunir, no próximo dia 11 de Março de 2017 (sábado), pelas 21h00, no Hotel do Parque – Termas – S. Pedro do Sul, com a seguinte
Ordem de trabalhos
1 – Informações
2 – Apresentação e votação do relatório de contas de 2016
3 – Apresentação e votação do Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2017
4 – Autárquicas 2017

SANTA COMBA DÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Santa Comba Dão, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 11 de Março de 2017 (sábado), pelas 18h00, na Sede, sita na Rua Gago Coutinho n.º 12 R/C, com a seguinte
Ordem de trabalhos
1.- Informações sobre a actividade da Comissão Política de Secção
2 - Análise da situação política.
3 - Dar parecer sobre a proposta da Comissão Política de Secção relativa às candidaturas aos órgãos da Autarquia.

TAVIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Tavira para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 09 de Março de 2017 (quinta-feira), pelas 21h30, na sede, sita na Rua Dr. Silvestre Falcão, com a seguinte
Ordem de Trabalhos:
1 - Informações e análise da situação política
2 - Apresentação e votação do relatório de contas do ano de 2016
3 - Eleições Autárquicas 2017 – Apresentação e emissão de parecer sobre o candidato à Câmara Municipal de Tavira, proposto pela comissão Política de Secção, nos termos do artigo 53º alínea f) dos Estatutos
4 - Outros Assuntos

VENDAS NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vendas Novas, para reunir, em sessão ordinária no próximo dia 10 de Março de 2017 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua da Azinheira, nº8, com a seguinte
Ordem de Trabalhos:
1 - Apresentação de contas/2016
2 - Eleições Autárquicas 2017 - Emissão de parecer sobre o candidato à Câmara Municipal de Vendas Novas, proposto pela Comissão Política de Secção, nos termos do artigo 53º, alínea f) dos Estatutos.

VILA FRANCA DE XIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Franca de Xira, para reunir, no próximo dia 09 de Março de 2017 (quinta-feira), pelas 21h30, na Sede, sita na Rua da Praia, nº 63, com a seguinte
Ordem de trabalhos
1 – Relatório e contas de 2016
2 – Orçamento para 2017

VILA FRANCA DE XIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Franca de Xira, para reunir, no próximo dia 09 de Março de 2017 (quinta-feira), pelas 22h00, na Sede, sita na Rua da Praia, nº 63, com a seguinte
Ordem de trabalhos
1 – Informações
2 – Estratégia para as Eleições Autárquicas
3 – Análise da situação política



ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE ANTERIOR DE 22/2/2017

PENICHE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Peniche, para reunir no próximo dia 25 de Março de 2017, sábado, pelas 18 horas, na Sede da JSD de Peniche, sita na Rua Alexandre Herculano, 68 - 1º, 2520 - 273 Peniche, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia.

Nota:

As urnas estarão abertas das 18h às 20h;
As listas candidatas deverão ser entregues, ao Presidente do Conselho Distrital, ou a quem o substitua estatutariamente, até às 24h do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e o termo de subscrição da lista.

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoca-se o Plenário da Concelhia da JSD Porto para reunir no próximo dia 16 de Março de 2017, pelas 21 horas, na Sede do Núcleo PSD de Paranhos, sita na Rua do Campo Lindo, 63 Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Apresentação do candidato à Câmara Municipal do Porto;
- 2) Outros assuntos.

RECTIFICAÇÃO DE LOCAL

SANTARÉM

De acordo com os Estatutos e Regulamentos da JSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da JSD Concelhia de Santarém para reunir, no próximo dia 04 de Março de 2017, pelas 21h00, na sede Distrital do PSD de Santarém, sita no Largo Cândido dos Reis, nº 12, Santarém.

O Plenário, sem fins eleitorais, terá os seguintes pontos na ordem de trabalhos:

- 1 – Informações e outros assuntos;
- 2 - Análise da Situação Política actual;